

Neste número pode ler:

O Zero

“... Mas o zero na área do pessoal, a ruptura em algumas áreas, já é uma realidade. A nossa capacidade de resistir tem limites. A **responsabilidade por tudo o que vier a suceder nesta matéria é da exclusiva responsabilidade do Governo e do seu Primeiro Ministro**”

Os Boatos

“... Há de facto gente prodigiosa na arte de inventar boatos. O prodígio é tão grande que faz suspeitar de não passar de rabo de gato escondido. Por vezes é tão subtil que quase parece realidade. Outras é tão descarado que nos leva a suspeitar da galinha gorda que nos apresentam...”

Saúde Higiene e Segurança no Trabalho

“... Este é um pequeno contributo que a ANS dá para a consciencialização de todos e da constituição de uma verdadeira cultura de SHST. É também a integração da SHST na Cultura ANS. ...”

Riscos cancerígenos

“A prevenção e controlo do cancro profissional deve constituir uma preocupação de todos os trabalhadores em geral e dos militares ...”

Movimentação de cargas

“... Os riscos de lesão para a coluna vertebral são evidentes caso não se tenha o cuidado e atenção necessários, uma vez que a coluna vertebral humana é por natureza, adaptada a uma postura erecta. ...”



Boletim informativo

do Delegado e dos Núcleos da
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Boletim n.º 1/01

Maio

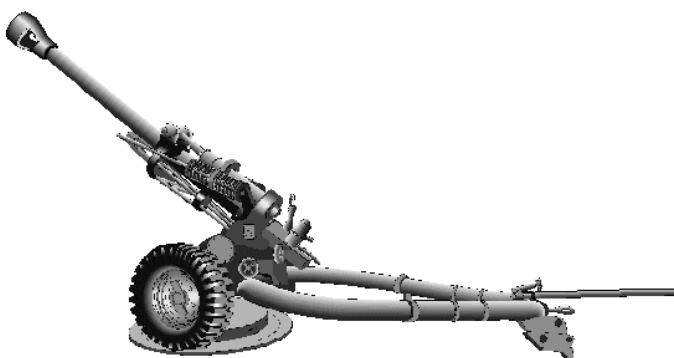
Encontro dos Sargentos

da Área Metropolitana de Lisboa

dia 6 de Junho de 2001, pelas 20h00

- Ponto da situação dos problemas que afectam os Sargentos;
- Perspectivas e atitudes.

É preciso mobilizarmo-nos!



ATENÇÃO, ANIVERSÁRIOS!

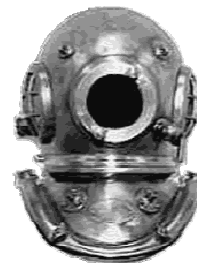
12º aniversário da ANS

10º aniversário de “O Sargento”

Porto de Honra e Debate

No próximo dia 9 de Junho, a partir das 16h00, vamos festejar estes aniversários no IASFA em Oeiras.

NÃO FALTES!



Zenóbio 2SAR

Requerimento

Ex.mo Sr. Primeiro Ministro
Eng António Guterres

0003198, Zenóbio, 2SAR, actualmente a prestar serviço nas Forças Armadas de Portugal, dado verificar-se um desajustamento entre o número de dias que os meses civis têm e a duração do vencimento que aufero, venho requerer o seguinte:

- Que para efeitos remuneratórios o mês tenha a duração de 15 dias;
- O mês remuneratório seja dividido em duas partes: a primeira com o nome actual do mês seguido de “Primo” e, a segunda parte, de “Dolorido”, ficando por exemplo o mês de Junho dividido em “Junho Primo” e “Junho Dolorido”.

Dada a pertinência e a urgência da questão objecto deste requerimento, aguardo com expectativa o seu deferimento.

O requerente
Zenóbio



Atenção às manobras sobre o IASFA

Sabe-se hoje que, para além de o Governo não permitir a admissão de pessoal civil qualificado para garantir os serviços técnicos de assistência aos beneficiários, agora pretende, sem mais, colocar como beneficiários os deficientes das Forças Armadas.

Se tal medida vier a ser tomada, nós os sócios que descontamos, corremos o risco de sermos afastados do usufruto do que é nosso.

Talvez por esse motivo o Governo foi tão solícito a nacionalizar os SSFA quando privatizava tudo o resto. **Atenção às manobras!**

Breve resumo da actividade

- Reunião da Direcção no dia 3MAI01;
- Encontro de Sargentos do núcleo de Monte Real na Marinha Grande no dia 8MAI01;
- Audiência com a Comissão de Defesa Nacional na AR no dia 9MAI01;
- Audiência com o GP do PCP no dia 9 de MAI01;
- Encontro de Sargentos da Armada no CIRL, Laranjeiro no dia 10MAI01;
- Audiência com o Ministro da Defesa Nacional no dia 11MAI01;
- Encontro de Sargentos em Beja, BA 11 e RI 3, no dia 11MAI01;
- Audiência com o Presidente da CML para tratar de assuntos relativos à aquisição da sede no dia 15MAI01;
- Audiência com o GP do CDS/PP no dia 16MAI01;
- Reunião da Direcção no dia 16MAI01;
- Reunião da Direcção no dia 21MAI01;
- Audiência com o GP do BE no dia 23 de Maio;
- Reunião da Direcção dia 28MAI01;
- Deslocações de delegações da Direcção aos núcleos de Coimbra, F. Foz e São Jacinto e de Estremoz, Évora e Elvas, no dia 29MAI01;
- Encontro/Jantar dos Sargentos do Exército no IASFA Oeiras dia 30MAI01 pelas 19h30;
- Audiência com o Chefe da Casa Militar de Sua Excelência o Presidente da República;
- Apresentação do livro “Sindicalismo – Medos e Fantasmas em Regime Democrático” da autoria do Dr Bernardo Colaço e do jornalista António Carlos Gomes, na sede da Associação 25 de Abril pelas 18h30 do dia 31MAI01;
- Deslocações aos núcleos do Norte Viseu, Lamego, Vila Real, Chaves, Área do Porto no fim de semana de 1, 2 e 3JUN01;
- Dia 28MAI01 e dia 5JUN01 reuniões da Direcção;
- Encontro de Sargentos da área de Lisboa, dia 6JUN01 pelas 20h00 na Voz do Operário;
- Festejo dos aniversários de “O Sargento” e da ANS no IASFA Oeiras. No dia 9 de Junho pelas 16h00.

O Zero

Lamentavelmente ainda não temos boas notícias para comunicar aos Sargentos de Portugal. Pior ainda: a situação continua complexa, difícil e anuncia que a luta pela resolução dos problemas em concordância com as nossas propostas será longa, difícil, num caminho árduo e cheio de escolhos, onde os cantos de sereia entoados por mostrengos aparecem em cada curva na forma de boatos para nos dividirem, confundirem e desmobilizarem.

Unidade, persistência, paciência, inteligência e, como sempre, lutar são as chaves para abrir a arca da aliança onde as soluções se encontram. Por vezes, alguns de nós, somos levados a acreditar que basta a nossa razão e alguma visibilidade para que as nossas acções surtam efeito e levem os decisores a decidirem-se. Somos levados a confundir os nossos desejos com a realidade. Queremos acreditar que podemos resolver os problemas do mesmo modo que o fizemos outrora. Temos dificuldade em discernir sobre as diferenças conjunturais entre os momentos passado e presente. Ficamos confundidos e caímos no desânimo.

Todavia, mantendo a serenidade que caracteriza os Sargentos de Portugal, mantendo a confiança inabalável na capacidade de resistência e de luta que soubemos forjar ao longo de mais de uma dezena de anos de prática associativa e cimentada por várias gerações de sargentos, confiança uns nos outros e na razão que nos assiste, venceremos mais esta batalha com a dignidade e a grande elevação que é apanágio dos sargentos de Portugal.

A vida tem-nos ensinado que a dignidade, a cidadania e a melhoria das condições de vida das nossas famílias só se conseguem com luta e que nada obtivemos sem termos lutado unidos, determinados e com a serenidade que nos caracteriza enquanto cidadãos em uniforme. Seria bom que aqueles que têm o poder de resolver os problemas que insistentemente temos colocado, o Governo e o seu Primeiro Ministro, entendam que a persistência nesta linha de **zero soluções**, para a área do pessoal, nos vencimentos, nas carreiras, nos quadros orgânicos, no associativismo sócio-profissional e na Justiça Militar, compromete o futuro das Forças Armadas, põe em causa a coesão, aumenta a desmotivação e compromete a operacionalidade. Só a grande capacidade de contenção da ANS e o elevado profissionalismo dos militares o têm evitado.

Resistir aos boatos e manter a unidade e a confiança é a condição indispensável para o êxito. Ouvimos das vozes autorizadas do Ministro da tutela e do Chefe de Estado Maior da Armada que **estamos prestes a atingir o zero** em algumas áreas operacionais das Forças Armadas. Acrescentamos que só não atingimos ainda o zero na área do pessoal porque tudo temos feito para lhes resistir e manter um elevado desempenho nas missões que temos sido chamados a cumprir. **Mas o zero na área do pessoal, a ruptura em algumas áreas, já é uma realidade.** A nossa capacidade de resistir tem limites. **A responsabilidade por tudo o que vier a suceder nesta matéria é da exclusiva responsabilidade do Governo e do seu Primeiro Ministro**

Os Boatos

Há de facto gente prodigiosa na arte de inventar boatos. O prodígio é tão grande que faz suspeitar não passar de rabo de gato escondido. Por vezes é tão subtil que quase parece realidade. Outras é tão descarado que nos leva a suspeitar da galinha gorda que nos apresentam. Em qualquer das vezes é sempre inoportuno para quem luta e de grande utilidade a quem se lhe opõe. Até parece serviço combinado, ou encomendado, talvez a uma qualquer central de inteligência de entre as especializadas na matéria.

Uma das técnicas é ir sempre adiantando datas para que tal ou tal acontecimento se dê. Primeiro foi que no fim de Fevereiro já aí vinham os boletins de vencimento com novas tabelas. Depois Março, e Abril, e Maio, agora já falam em Junho para que a equidade ao sistema retributivo da GNR venha escarrapachado nos ditos boletins. Tantas datas hão de dizer que alguma acertarão. E quando tal suceder virão triunfantes dizer: “*Eu não dizia?*”, como se tivessem feito algo para que tal acontecesse.

Sobre vencimentos outra técnica é utilizada com maior requinte. Primeiro constitui-se uma comissão. Depois produzem-se umas tabelas que se deixam cair *inadvertidamente* por aqui e por ali, como quem não quer da coisa, e aguarda-se para ver a reacção do pessoal. Vai-se dando um retoque aqui, outro mais ali, encomendam-se aos ramos umas simulações para projectar custos e fazer crer que a coisa está a andar ou mesmo já na fase final. Até se faz crer que os ditos boletins já serão processados de acordo com a nova tabela. Passado o prazo dir-se-á que tinha havido um engano e que o Ministro recusou e mandou emendar, mas para o próximo mês...

Outras vezes diz-se que foram as associações que não quiseram. (Logo as associações que não pertencem às comissões nem participam no processo de decisão é que tinham força e condições para rejeitar o que quer que seja. E logo uma melhoria nos vencimentos).

E assim, neste jogo do empatar, do engonhar, do iludir, do não resolver, do deixa andar que eles desistem, vamos vendo os problemas a agravarem-se, os nossos filhos a não compreenderem porque razão não lhes compramos outro par de ténis para substituir aqueles que já lhes fazem doer os pés, que entretanto cresceram, e estão a ameaçar rasgarem-se.

Agora surgiu outra técnica. Primeiro inventa-se a existência de alguma associação fantasma de militares de outro ramo. Depois põe-se a correr que essa associação em reunião, igualmente fantasma, com este ou aquele responsável desancou em tal ou tal projecto que beneficiaria o pessoal do ramo. Agita-se um bocado esta mistura condimentada e espera-se que eles se dividam ou que saiam a terreiro em defesa do tal projecto, ultrapassando, crêem, as dificuldades que o dito responsável estaria a criar. **Esta é refinada!**



A Associação Nacional de Sargentos elegeu o ano em que "O Sargento" perfaz o 10º ano de reedição como o ano dedicado à Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho.

Para concretizar este objectivo dedicaremos artigos alusivos ao tema em todas as edições de 2001, todos os Boletins irão conter trabalhos específicos sobre o tema, como é o caso das duas páginas deste número. Serão editados Guias Práticos sobre temas, está em

preparação um sobre o ruído e, por fim um opúsculo com a compilação dos trabalhos.

Este é um pequeno contributo que a ANS dá para a consciencialização de todos e da instituição de uma verdadeira cultura de SHST.

É também a integração da SHST na Cultura ANS. Estamos receptivos às tuas ideias, trabalhos, sugestões. Venham elas.

Riscos Cancerígenos

A prevenção e controlo do cancro profissional deve constituir uma preocupação de todos os trabalhadores em geral e dos militares em particular uma vez que nas suas tarefas técnicas e operacionais lidam frequentemente com substâncias, agentes e processos que comportam riscos cancerígenos, pelo que se aconselha um cumprimento rigoroso das normas de segurança em geral e muito particularmente no contacto com estas e outras substâncias nocivas à nossa saúde.

Neste pequeno artigo vamos referir, não exaustivamente e sem entrar em temas polémicos, algumas matérias que constituem ou podem constituir perigo cancerígeno.

A legislação de referência no âmbito da higiene e segurança no trabalho (HST), nomeadamente o Dec. Lei nº 479/85 de 13 de Novembro e o Dec. Lei nº 390/93 de 20 de Novembro contêm informação mais detalhada.

Assim temos entre outros:

Matérias cancerígenas para o homem	Vias de penetração	Órgãos atingidos
Asbestos (Amianto)	Inalação, oral	Pulmões, cavidade pleural, cavidade gastrointestinal
Compostos de arsénio	Inalação, oral, pele	Pele, pulmões, fígado
Crómio e alguns dos seus compostos	Inalação	Pulmões, cavidade nasal
Gás de mostarda	Inalação	Pulmões, laringe
Óleos, alcatrões e fuligens	Inalação, pele e oral	Pulmões, pele (escroto) e intestino
Radiações ionizantes (irradiação interna)	Inalação, oral, pele	Depende do produto radioactivo em causa
Radiações ionizantes (irradiação externa)	Exposição directa ou indirecta, total ou parcial	Depende da zona do corpo atingida

Respeitando as normas da SHST podes evitar acidentes.

Podes evitar contrair uma lesão.



A SHST existe para que possas trabalhar em segurança num ambiente com qualidade, basta que **respeites as suas normas**.

A aplicação das normas da SHST dependem em grande medida de ti. Cumpre-as!

Se o teu local de trabalho não reúne as condições requeridas, exige-as!

A tua saúde e qualidade de vida dependem disso!

Matérias provavelmente cancerígenas para o homem	Vias de penetração	Órgãos atingidos
Berílio e alguns dos seus compostos	Inalação	Pulmões
Níquel e alguns dos seus compostos	Inalação	Cavidade nasal, pulmões

Movimentação manual de cargas

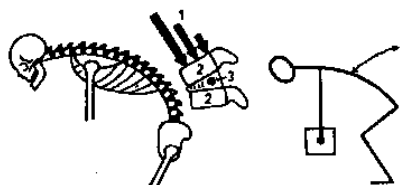
A movimentação manual de cargas é quase sempre um trabalho pesado, sobretudo quando há necessidade de elevação ou de subir escadas.

Durante o esforço muscular os vasos sanguíneos são comprimidos e o fluxo de sangue é diminuído, reduzindo o fornecimento de oxigénio e açúcar. Surge então a fadiga, que reduz a eficiência do trabalho e pode conduzir a acidentes, como a queda de objectos sobre os pés e ferimentos ou contusões causadas por choque contra objectos cortantes ou contundentes.

Parte destes riscos podem ser minorados com recurso a equipamentos de protecção individual (EPI), como sejam as luvas e calçado de protecção e recorrendo a dispositivos mecânicos de transporte e elevação de cargas.

Os riscos de lesão para a coluna vertebral são evidentes caso não se tenha o cuidado e atenção necessários, uma vez que a coluna vertebral humana é por natureza, adaptada a uma postura erecta.

Como no momento da inclinação do tronco a flexão tem lugar essencialmente na região lombar, os discos intravertebrais são sujeitos a sobrecargas consideráveis como se pode verificar na figura:



No caso da esquerda verifica-se uma maior compressão na face interior do disco intervertebral susceptível de causar lesão, enquanto que no caso da

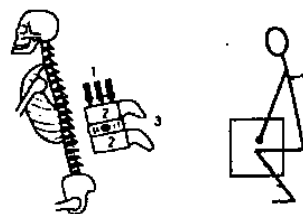
direita existe uma distribuição uniforme das pressões sobre o disco. O esforço é, neste caso, exercido sobre as pernas, permanecendo o tronco direito e os braços estendidos e deverá conservar-se a carga o mais próximo possível do corpo.

Deve-se, portanto, evitar posturas e movimentos perigosos como os que se indicam:



Por fim como forma de evitar lesões decorrentes da movimentação manual de cargas, recomendam-se os seguintes cuidados:

- Movimentos suaves e cautelosos;
- Não inclinar a coluna;
- Evitar posturas perigosas;
- Não rodar sobre o eixo da coluna;
- Usar a coluna como suporte e não como articulação;
- Criar períodos de repouso para evitar a fadiga e a desatenção;



- Utilizar vestuário adequado que forneça protecção adequada contra o frio, humidade e correntes de ar, evitando assim a rigidez dos músculos e tendões.

Para mais informação consultar: Dec. Lei n.º 330/93 de 25 de Setembro e Portaria n.º 136/73 de 13 de Março.

A saga dos Primeiros Sargentos

Eu sou um Primeiro Sargento da Armada em que cada dia que passa mais desalentado me sinto, pois não vislumbro um fim risonho no que diz respeito às nossas aspirações, quer de carreira, quer monetárias, depois de todos os nossos esforços e formas de o demonstrar. Monetárias pois, o vil metal, mas é com ele que posso dar uma melhor vida aos meus filhos e esposa. Ouvem-se, lêem-se notícias na TV, nos jornais e concluo que os camaradas da

GNR têm tudo ou quase tudo o que querem. Porque será que um Primeiro Sargento da GNR só de vencimento base e suplemento de condição militar (percentagem e componente fixa) leva para casa aproximadamente mais 20 contos todos os meses que eu e os restantes camaradas dos outros ramos das FAA's, ou será que me enganei nas contas. Porque será (de acordo com as ultimas notícias) que um Primeiro Sargento da GNR daqui a pouco



mais de dois anos terá um acréscimo no vencimento da ordem dos 25%, ou será que entendi mal as notícias. Porque será que eu, um Primeiro Sargento da Armada, para levar para casa todos os meses talvez o mesmo dinheiro que um camarada da GNR, tenha que trabalhar fora das horas de serviço durante a semana até cerca das 23 horas e ao sábado todo o dia até à noitinha. E a minha família, e os meus dois filhos (18 meses e 6 anos), e a minha esposa, quando é que vou ter tempo para eles.

Fui dos primeiros a chegar ao Terreiro do Paço no grande dia do nosso Passeio, tenho cumprido com todas as operações carcaça... Estou cansado, desiludido, desgostoso e já me interrogo se ainda não terei de ir arrumar carros para levar para casa o mesmo ou quase o mesmo dinheiro que um camarada da GNR leva todos os meses.

1º Sargento ETS
Armada

Sobre as tabelas de vencimentos

Ao longo dos anos temos sido confrontados ciclicamente com a profusão de pseudo tabelas de vencimentos, alegadamente, produzidas por comissões cuja composição se desconhece, sempre encobertas pelo manto dos *ramos* e buscando a sua autoridade na capacidade exclusivamente técnica dos seus membros, como se os técnicos, o fossem de facto na matéria, o que deixa

insistam em dizer que só há uma carreira militar. Como se *todos* ingressassem nas fileiras em praça e por mérito próprio, do tipo *quem tem unhas é que toca viola*, fossem subindo na *carreira militar*, como gostam de dizer, até aos postos de oficial general.

Este ano não foi excepção. As tabelas voltaram a surgir logo que a ANS insistiu no tom da indignação por sermos discriminados face aos militares da GNR, aos oficiais da Marinha que mantiveram os diferenciais quando avançaram para as 2ª e 3ª fases da aplicação do DL 328/99, à

Provavelmente para criar dificuldades à ANS na defesa das suas propostas. Cuida quem assim pensa que os sargentos se deixarão iludir com as promessas da Lua quando os seus filhos passam dificuldades na Terra. De facto é difícil defender os parcos aumentos resultantes da eliminação das discriminações e das injustiças que os sargentos e os praças têm sido sujeitos perante os gordos ganhos que adviriam se a dita tabela fosse implementada.

Quem assim procede não pretende resolver os problemas mas,

		1º Escalão	2º Escalão	3º Escalão	4º Escalão	5º Escalão	6º Escalão	7º Escalão	
SAJ	FA	288.575	294.675	306.975	319.275				diferenças anuais SAJ 6.100 x 14 = 85.400 1SAR (18.400 x 14 = 257.600) (18.600 x 14 = 260.400) Cabo – 30.700 x 14 = 429. 800 1MAR/ Cab ADJ 18.400 x 14 = 257.600
	GNR	294.675	300.775	306.975	319.275	325.475			
1SAR	FA	251.575	257.775	263.975	270.175	276.175	282.375		
	GNR	270.175	276.175	282.375	288.575	294.675			
CABO	FA	190.075	196.275	202.475	208.575	220.875	233.175	245.475	
	GNR	220.875	226.975	233.175	239.375	245.475	251.575	270.175	
1MAR / CAB ADJ	FA	140.875	147.075	153.275	165.475	177.875	190.075		
	GNR	153.275	159.375	171.675	183.875	196.275	202.475	214.675	

muitas dúvidas, não fossem também eles próprios parte interessada no objecto de estudo.

Muitas vezes essas comissões chegam mesmo a elaborar tabelas, que tomam, numa primeira fase, o nome de estudos que deixam *fugir* para que o pessoal tome conhecimento e anime esperanças, e, numa segunda fase, assumem a forma de proposta do *ramo* ou dos *ramos*. Mandam-se os ramos fazer projecções como se processassem os vencimentos pondo ao rubro as expectativas.

Por vezes chegam às mãos do ministro da tutela como sendo o querer dos *ramos*. Como se os *ramos*, fossem uma entidade abstracta, ou como se esses trabalhos correspondessem ao querer dos militares que servem o País nas Forças Armadas. O que manifestamente não acontece.

Os ramos são compostos por militares que correspondem a três categorias militares, organizadas em três carreiras distintas e às quais devem ser dadas áreas de intervenção distintas e funções diferenciadas de modo a autonomizarem-se.

Logo são compostos por homens que no plano social e dos vencimentos têm necessidades e interesses diferentes. Muito embora, demagógicamente, os que pretendem manter este estado de coisas por serem beneficiados com o *sistema*

ilegalidade que constitui a não aplicação dos pontos 2 e 3 do artigo 19º daquele DL, bem como a continuação da degradação dos vencimentos no contexto da Administração Pública.

Seguiram o processo normal de *fuga* premeditada de informação, etc.. Mas a tabela apresentada ao ministro pretende atingir outros objectivos. Para ser implementada, acarretaria custos muito elevados, inoportáveis no quadro restritivo em que nos encontramos, ao passo que as propostas da ANS, sendo realistas e justas, acarretam custos de uma ordem de grandeza muito menor. Sendo que parte desses custos já foram gastos devido a não terem sido atendidas as propostas da ANS, tendo provocando um acumular de diferenciais pelo *efeito de dominó* preconizado no DL 299/97. Para já não falar da tabela em si que é um mimo ao evidenciar o carácter classista de quem a produziu, demonstrando sem necessidade de mais nada que a *comissão* não é isenta nesta matéria. **E depois os sindicalistas somos nós...**

Mas então, se os custos são inoportáveis e se, como o memorando enviado aos *ramos* relata, não vem resolver os problemas mais prementes, como o dos oficiais técnicos da Armada, nem a equidade com o sistema retributivo da GNR, nem a não aplicação dos pontos 2 e 3 do artigo 19º do DL 328/99, quais os objectivos que se pretendem atingir com a tabela?

antes, arranjar mais e melhores argumentos ao Governo para, com base nos elevados custos, não resolver nenhum dos problemas.

Mas quanto às tabelas. Como é possível os CEM subscreverem uma proposta que, se fosse aplicada, se traduziria em aumentos imediatos nos postos cimeiros da categoria de oficial de mais de 100 pontos indiciários, quando a maioria dos sargentos não progrediria mais de 130 pontos em toda uma carreira? Por outro lado qualquer oficial em 5 anos progrediria mais do que um sargento em toda a sua carreira. É inadmissível que se diga que esta é a proposta dos *ramos* pois nem sequer as comissões eleitas e representativas das categorias foram auscultadas. É inadmissível, inaceitável e são atitudes deste tipo que minam a confiança na capacidade de a hierarquia resolver este tipo de questões. Não há isenção.

É por isso que a ANS repetidamente vem dizendo que os vencimentos e a restante matéria social devem estar sob a alçada do ministro da tutela. É uma forma de proteger os CEM de situações que possam de algum modo diminuir a sua imagem e a sua credibilidade junto dos seus homens. São estas situações que colocam em causa estes valores e não o falar-se ou escrever-se sobre elas.

Sobre os quadros orgânicos

Os quadros orgânicos em vigor foram aprovados com o DL 202/93 sob proposta dos ramos e num quadro em que as expectativas eram de uma elevada adesão às fileiras dos jovens em regime de voluntariado e de contrato. Tais expectativas vieram a gorar-se. A precarização, os poucos incentivos e a falta de cumprimento dos poucos existentes, bem como o regime de trabalho a que estão sujeitos, vieram a ser determinantes para o afastamento dos jovens da carreira das armas. Em todo o caso os quadros foram criados há 8 anos, no início do processo de reestruturação, num quadro diferente do actual, pelo que estão desactualizados. Qualquer proposta de alteração deve estar fundamentada com uma rigorosa análise funcional das necessidades perspectivadas para um espaço temporal de médio ou de longo prazo. E para tal necessita que se conheçam com rigor o tipo de missões e o sistema de forças, os meios constituintes do dispositivo, etc., etc.. Ou seja: é necessário que os partidos cheguem a consenso sobre o Conceito Estratégico Nacional, coerente com a CRP e aprovem a Lei de Programação Militar (LPM), bem como o conjunto de mecanismos legislativos que permitam recuperar a atracção da profissão militar. Não estando estes instrumentos legais prontos é difícil planear os quadros de modo a dotar as Forças Armadas com

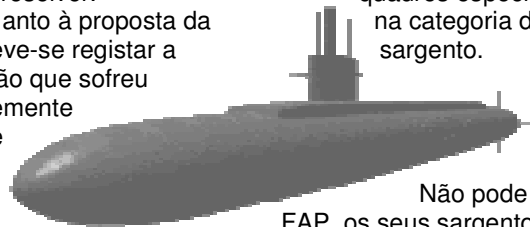
os quantitativos de pessoal. E na falta de tais instrumentos pode-se cair na tentação de propor dotações com argumentos débeis e inconsistentes que servem



de pretexto à tutela, o Governo, para não aprovarem os quadros propostos criando situações chocantes e dramáticas de ruptura funcional como já se verifica nalgumas áreas. O facto de há cerca de quatro anos não serem abertos concursos para pessoal civil para as Forças Armadas e IASFA está a conduzir ao drama infernal de os profissionais verem extinguir-se os serviços aos quais dedicaram toda a sua vida ingloriamente e sem que se tenham criado alternativas funcionais. Mas pelos números oficiais parece que as restrições nas promoções por falta da aprovação dos novos quadros orgânicos não tocam todas as categorias militares de igual modo. Vejam-se as recentes promoções de oficiais superiores na Marinha, no Exército e na Força Aérea. Para uns encontram-se sempre mecanismos de fluidez, nem que seja fictícia, para os outros tudo serve para impedir a ascensão. Consta-se que a proposta de quadros orgânicos dos CEM tem estado emperrada no MDN por o respectivo Ministro não entender, e não lhe conseguirem explicar, porque é que a FAP necessita de mais quase

uma centena de COR e TCOR sem que a estrutura orgânica do ramo tenha sido alterada. De facto, depois de a proposta ter sido tornada pública, constatou-se que o pedido de aumento daqueles quadros não se fundamentava numa argumentação funcional e organizacional mas, antes, num estudo comparativo com os restantes ramos sobre as percentagens de militares nos diversos postos. Só com esta argumentação é natural que o ministro tenha dúvidas.

Mas se o ministro tem dúvidas sobre este ou aquele aspecto da proposta, se há um ramo que nesta ou naquela categoria não fundamenta deficientemente a sua proposta, não é motivo para o Governo inviabilizar toda a proposta de todas as categorias e de todos os ramos. É porque ao fazê-lo está a utilizar a mesma argumentação tautológica que parece criticar aos CEM, a dificultar o funcionamento das Forças Armadas e a inviabilizar os esforços para combater a escassez de pessoal – problema que o Governo criou e não tem sabido resolver. Mas quanto à proposta da FAP deve-se registar a alteração que sofreu recentemente em que os



quantitativos dos postos cimeiros da categoria de sargentos foram reduzidos para quase metade e os que mais dúvidas suscitaram ao ministro, os para os postos de COR e TCOR, não só não foram reduzidos como

foram ligeiramente aumentados. O que leva a supor que mais uma vez a moeda de troca foram reduções na categoria de sargento. Ora é precisamente nesta categoria que, quanto a nós, mais e melhores justificações orgânicas e funcionais se poderiam aduzir. Só para implementar o sistema de garantia de qualidade das reparações e manutenção com um modelo de supervisão e de planeamento adequado e de níveis diferenciados seriam necessários mais umas centenas de SAJ, SCH e SMOR. Cada equipa de manutenção necessitaria de um chefe de equipa e supervisor ao nível de SAJ ou de SCH. A inspecção, planeamento e verificação da conformidade com pessoal especializado ao nível de SCH ou de SMOR. Não é admissível que seja o mesmo que executa a conferir a conformidade. Se é certo que a estrutura da FAP não foi aumentada e por isso é difícil justificar o aumento de oficiais superiores, também é certo que só o funcionamento adequado das equipas de manutenção e reparação justificaria o aumento dos quadros especiais na categoria de sargento.

Não pode é a FAP, os seus sargentos e os militares dos outros ramos ficarem prejudicados devido a esta guerra de justificações entre a chefia da FAP e o Governo.

**INSCREVE-TE NA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS**

O SARGENTO

O nosso jornal!

A preparação psicológica

É recorrente dizer-se que os militares estão preparados psicologicamente para enfrentarem situações de guerra em que têm de enfrentar o perigo e mesmo a morte ou têm de matar para defender a própria vida ou a dos seus camaradas.

E tão insistentemente o dizem que chegam mesmo ao disparate de dizerem, como no caso recente do urânio empobrecido, que os militares estão preparados para enfrentarem situações de contaminação com materiais perigosos. Outros declaram que os militares estão preparados para enfrentarem a morte e para matarem.

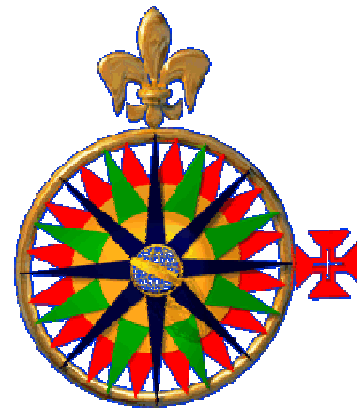
Ouvindo isto declarado num telejornal por um chefe militar em desespero de causa, um camarada comentou em voz alta meio distraído: *não sei onde andei até hoje que nunca assisti a estas aulas de preparação para a morte.* Dito o que foi escrito todos nos olhámos e constatámos que, afinal, todos tínhamos faltado a essas aulas.

Afinal no que consiste essa famosa preparação para enfrentar situações de perigo e de morte? E se de facto existe como é avaliada a sua

eficácia? Quais são os mecanismos de acompanhamento e de correcção? Ou simplesmente não existe nenhuma preparação específica e admiti-se que o treino da recruta e de combate, do ponto de vista da técnica de uso e manejo de armas e de ordem unida, é o suficiente? Ou esta assunção de que há de facto um treino e uma preparação para o perigo e a morte não passa de uma cobertura para depois não se reconhecer as mazelas físicas e psicológicas e as consequentes indemnizações e assistência aos deficientes? Respostas que se deixam endereçadas a quem de direito.

Mas, em qualquer dos casos, importa reflectir sobre o assunto. Desde logo reflectir e analisar se há alguma possibilidade de preparar o ser humano para situações contra-natura. Depois reflectir sobre os dados que aí estão representando milhares de casos de ex-militares deficientes com DSPT (Desordem de Stress Pós Traumático) adquirido na guerra colonial em África.

Mais importante do que proseguir na denúncia do que deveria ser e não é, é lançar o debate sério e honesto sobre o tema, envolver todos os interessados e encontrar as medidas para resolver um problema que é de todos.



Uma menção de despreço!

Foi com mágoa e com um sentimento crescente de profunda injustiça que tomámos conhecimento da punição aplicada a um camarada nosso por, tão só, ter pugnado pelo cumprimento dos regulamentos, pela salvaguarda da sua conduta e da sua dignidade, numa postura verdadeiramente exemplar e talvez por isso incompreendida.

O SAJ Fernando Valença a prestar serviço na Base Aérea N^o6, Montijo, na sequência de um processo de reclamação da avaliação do mérito, o qual, após vários atrasos processuais e envolvimento dos tribunais, acabou por ter despacho favorável do Gen CEMFA, foi alvo de um processo disciplinar movido pelo seu comandante que o veio acusar de ter revelado um documento confidencial a um civil.

Este processo culminou numa punição sob a forma de repreensão simples. Convém no entanto referir que o documento confidencial em causa é simplesmente o referido despacho do Gen CEMFA, que diz respeito ao próprio SAJ Valença e que o civil a quem foi entregue esse documento é a sua advogada de defesa que está a coberto do dever de sigilo profissional.

Será esta a justiça a que de facto teremos direito? Estamos convictos que não...e tudo faremos para que esta e outras situações análogas tenham os dias contados!

Por tudo isto atribuímos uma menção de despreço a quem utiliza um instrumento que deveria ser de regulação disciplinar para manobras de coacção e de represália.

Atenção!

É necessário que todos actualizem os seus dados pessoais e as suas quotas. Só assim será possível construir a grande associação que todos desejamos e queremos!

